
OCIDENTE DO ORIENTE

The Eastern West

Fabio Lins Leite

RESUMO: A Igreja nasce no Oriente, e expande-se nos primeiros séculos principalmente através da língua helênica. Isto se dá no meio cultural do Império Greco-Romano, dentro do qual se forma a unidade da civilização hoje chamada de Ocidental, a qual nasce como releitura franco-germânica do Oriente.

PALAVRAS-CHAVES: Ocidente, Oriente, História da Cultura, 1o. Milênio

ABSTRACT: The Church is born in the East, expanding in the first centuries mainly through the hellenic language. It happens in the cultural environment of the Greek-Roman Empire, inside of which it is formed the unity of the civilization we today call the West. It is born as frank-germanic variation of the reinterpretation of the East.

KEYWORDS: West, East, History of Culture, 1st Millenium

Meu primeiro contato com a questão de identidade da Igreja se deu muito antes de eu mesmo identificar-me como membro de qualquer grupo que se reconhecesse como Igreja. Um colega, de confissão protestante, dizia com ênfase que jamais adotaria “uma dessas religiões orientais”. Eu me surpreendi e respondi de imediato: “Mas o Cristianismo surgiu no Oriente Médio. Se você for recusar participar de uma religião só por ela ser oriental, tem que deixar de ser cristão já”. Espantado pelo ângulo a que era convidado a tomar, acabou por aceitar a idéia.

Em outro evento sobre o tema, ocorrido já depois de minha conversão, uma colega ficou escandalizada quando afirmei-lhe que a maioria dos textos originais do Novo Testamento foram escritos em grego e não em latim. Católica romana piedosa, estava convicta que o Latim era a língua da Bíblia e de Jesus.

O que estes dois eventos têm em comum, protagonizados por indivíduos pertencentes às duas vertentes cristãs mais comuns no Brasil, é a imagética do Cristianismo como uma religião fundamentalmente Ocidental, que pode existir, talvez, em versões exóticas eslavas, gregas, árabes até, mas estas seriam, em última instância, variantes de uma matriz essencialmente fundamentada na experiência do oeste europeu e do qual nós mesmos, brasileiros, somos herdeiros. Tão arraigada é esta imagem que não se restringe à indivíduos pouco letrados, mas constitui mesmo o título de um dos livros sobre a Igreja Ortodoxa na bibliografia em português “Os Ortodoxos: O Oriente do Ocidente” de Enrico Morini e a cujo título, o nome desta comunicação alude.

Este trabalho busca dois objetivos: o primeiro é instigar a audiência a, sem diminuir ou desmerecer o Ocidente que é cheio de riquezas, repensar o paradigma de identidade cultural e histórica da própria Igreja, nascida no Oriente Médio, em Jerusalém, a Igreja Mãe de todas. A Igreja, eterna em sua transcendência, universal na sua imanência, porém em uma perspectiva estritamente histórico-cultural, é um fenômeno fundamentalmente helênico-cristão. cujos elementos propriamente romanos só a viriam integrar séculos depois, e ainda assim como veremos, essa própria romanidade revela-se mais ampla que a mera hegemonia da cidade de Roma. De fato, o período de liberação legal da fé cristã por Constantino antecede de poucos anos a transferência da capital do Império para a Nova Roma, apelidada de cidade de Constantino, ou em grego, Constantinopla. O segundo objetivo relaciona-se com esta mudança. Trata de oferecer uma outra perspectiva. Esta outra perspectiva que buscarei oferecer, entretanto, não é a versão espelhada de um Ocidente visto pelo Oriente. Sou ocidental, aqui nasci, fui criado e vivo. Sou ocidental e seria presunção colocar-me como porta voz de cultura tão diversas quanto a helênica, eslava e meso-oriental, cada uma com inúmeras sub-categorias, nuances e conflitos. Esta nova perspectiva é ainda fundamentalmente ocidental, informada porém, por uma série de fatos e perspectivas que incluem o Oriente não como uma espécie de Ocidente mutante, cópia deficiente deste. Ao contrário, buscarei integrar ambos em suas tensões dinâmicas, incorporando o Oriente com sua própria voz. Penso que a história e cultura originários do Cristianismo, que chamamos de Orientais, são um grande ponto cego da identidade ocidental. Devem ser entendidas como locus da continuidade, reconhecendo que o Ocidente é criado dentro da Cristandade hoje chamada Oriental, que é uma onda vinda do leste el que varre a Europa recriando estruturas sociais e corações, para utilizar um termo comum, batizando aquelas culturas nativas.

1 O Império Greco-Romano

Paul Veyne, em seu livro “O Império Greco-Romano” (2009) escreve “O único traço cultural comum a todas as regiões do Império – Itália, Gália, África, e Egito, por exemplo – era a sua participação na cultura grega”, ainda que salutarmente faça a ressalva “o Ocidente latino era tão grego quanto o Japão de hoje é um país ocidental, com Declaração de Direitos Humanos, democracia, computadores, Prêmio Nobel, arte internacional e a 'Nona Sinfonia'.

No capítulo 4 do mesmo livro, “A Identidade grega contra e a favor de Roma” vemos um estudo que revela a primeira fase da complexa relação das culturas helênicas e latinas. A Grécia conquistada continua ciosa de sua tradição, preservando e transmitindo os filósofos, poetas e historiadores. Pelo conquistador sente um misto de respeito pela capacidade administrativa e um desprezo pela sua incultura. Roma, por sua vez, jacta-se de sua vitória, porém nem mesmo tenta esconder o sentimento de subserviência cultural, seus maiores nomes louvando a si mesmo não por nenhum esforço original, mas por serem bem-sucedidos em imitar os gregos, enquanto ao mesmo tempo critica o que entende ser excesso de floreio e pseudo-intelectualidade gregos. Vemos portanto que a unidade greco-romana se dá através de uma complementaridade dinâmica que inclui admiração e crítica de lado a lado.

2 Roma sem Roma

O Império Greco-Romano, porém, sempre proclamou-se Império Romano somente, seja na sua primeira fase pagã e latina que dura até a “queda” de Roma, ou na segunda fase cristã e helênica com capital em Constantinopla. Esta auto-percepção como romanos a despeito da ausência de Roma no Império e da etnia helênica, marca um profundo sentido de que a identidade é determinada através da herança sócio-cultural tradicional: a cultura romana era capítulo da helênica, as leis romanas houveram sido preservadas e ainda compiladas, renovadas e sistematizadas por Justiniano, a capital mudara legitimamente. Tomada por bárbaros, era Roma que parecia ter sido desromanizada, preservado sua romanidade apenas no nome. A crítica helênica ao poder latino, fundamentado na força, encontrara afinal sua redenção: a resiliência cultural sobrevivera ao seu conquistador, absorvendo aquilo que ele tinha de melhor. De fato, poucos anos após a fundação de

Constantinopla, os mesmos gregos que antes rechaçavam os bárbaros latinos, já chamavam a si mesmos de romanos. A tensão que Veynes explicita no nome Greco-Romano, está para eles apaziguada e sintetizada: Roma nasceu e se desenvolveu no Mediterrâneo, bárbaros helenizados como tanto outros. Extinto seu momento histórico suas virtudes administrativas, comerciais e militares, uniam-se em definitivo com a tradição helênica no próprio nome “romano” já universal, cosmopolita e independente da cidade que o originou. Como Veynes, eles entendem que o romano por excelência é um “greco-romano”, apenas não utilizando o termo composto. Esta nova romanidade encontra-se explícita no nome original de Constantinopla “Nova Roma”. “Roma” já não é local geográfico, mas condição civilizacional – e é sob esta nota que alguns elogios à Igreja “Romana” são tecidos. Os latinos é que, na medida em que vão abandonando o helenismo e suas leis são adaptações das leis romanas, começam a ser vistos cada vez menos como “romanos”, passando novamente a serem vistos cada vez mais como um grupo bárbaro entre bárbaros, especialmente dada à proeminência dos bárbaros germânicos.

3 Latinização e Germanização: Ocidente do Mundo Greco-Romano

É por esta cultura e língua helênicas que detém a hegemonia no Mediterrâneo que a Igreja irá se expandir pelo Império Greco-Romano, e mesmo na cidade de Roma. De acordo com Plummer (1985), apenas com a fundação de Constantinopla e correspondente migração de parte das elites política e intelectuais, é que os romanos propriamente ditos, os nascidos na cidade de Roma, viram a necessidade de latinizar textos e liturgias. Segundo Mohrmann (1985), a latinização completa da liturgia romana se dará apenas em meados do século IV, precisamente após a fundação da nova capital.

Assim, enquanto o grego era a língua da cultura e do cosmopolitanismo e o latim, que era a língua do exercício do poder, ao liturgizar-se, ao ter as Santas Escrituras vertidas para sua forma popular, pode ser considerado o primeiro precursor da formação de uma Igreja ocidental em contraste com sua matriz helênica; o uso milenar desta língua marcando-a na sua especificidade para criação e execução de leis transnacionais e multiculturais, o que sugere um possível influência na tardia percepção na Igreja Ortodoxa de um certo “legalismo” no linguajar do cristianismo ocidental.

No século VI, Justiniano realizará a última tentativa de recriar o Império Greco-Romano em seu molde clássico. O projeto fracassou como sabemos, e marca o paradoxal abandono de Roma por parte do Império Romano. Entretanto, é equivocado pensarmos que já aí temos uma identidade ocidental completa. Inicia-se um ciclo que hoje chamaríamos de “*soft power*”, de papas neo-romanos, isto é, com diferentes graus de relação de poder com o Imperador em Constantinopla, mas sempre de alguma forma dependente seja da mera aprovação dele ou sendo diretamente indicado. Ekomenou (2007) diz ser este o período da Roma Bizantina e dos Papas Gregos. Este período irá encerrar-se com o Papa Zacarias, cerca de 50 anos antes da coroação de Carlos Magno como Imperador do Ocidente.

A Renascença Carolíngia realiza a síntese de diversos elementos esparsos, inclusive as culturas e leis germânicas locais com o universalismo latino, em uma unidade coerente que podemos chamar de uma nova civilização, não-clássica e que chamamos hoje de Ocidente.

4 Ocidente: Federação e Renascença

Para compreendermos adequadamente o papel da ascensão carolíngia e porque considero-a o marco inicial do Ocidente, teremos que nos reportar a Otto Maria Carpeaux, na introdução à sua “História da Literatura Ocidental” e ao fato de existirem duas formas de ser cidadão romano: nascendo na própria cidade, ou através dos pactos de foederatii.

Enquanto a cidadania por nascimento representa uma romanidade por continuidade, inclusive pela imersão natural na cultura, a cidadania por pacto, compra ou contrato, requer interpretação, aculturação, acomodação e adaptação, não só do indivíduo ou grupo que a adquire, mas da própria lei e conceito de romanidade. Os povos que eram bárbaros mas romanos por “adoção” da cidadania, portanto, precisavam reinterpretar o significado da identidade romana, recriando-a em inúmeros modelos. Esta tendência parece ter se cristalizado ao próprio modo de ser das nações dos antigos foederati, lendo a cultura sempre através da reinterpretação original e criativa. Uma evidência disto é a expressão deste fenômeno na própria literatura ocidental, evidência tão mais forte porque a literatura é onde melhor se expressam os segredos do espírito.

Escreve Carpeaux (1964) ao fim de sua Introdução, referindo-se à Literatura Clássica:

"A verdadeira importância daquelas figuras isoladas - a sua importância para nós outros - só se revela através dos reflexos que deixaram nas letras modernas, durante as renascenças sucessivas que compõem a história literária do Ocidente "moderno" (...) a discussão daqueles reflexos, do "humanismo europeu", constitui a transição para o verdadeiro começo: a fundação da Europa."

Aí vemos em síntese todas as idéias que Carpeaux desenvolverá mais à frente: não existe uma continuidade da era clássica ao ocidente moderno, mas apenas pedaços daquela neste; a história da literatura do ocidente é de uma sucessão de renascenças. Esta idéia é aprofundada no capítulo III "História do Humanismo e das Renascenças". Ali, Carpeaux escreve sobre como o Ocidente é releitura de um antiguidade clássica conclusa. Para determiná-la, ele primeiro vai buscar um ponto onde esta antiguidade se condensa e cristaliza e encontra este ponto no século VI:

"O século VI é a época das grandes codificações.(...) Essas codificações marcam uma data, e ao mesmo tempo uma delimitação. Religião judaico-cristã, ciência grega, direito romano: eis a herança da Antiguidade, lançando os fundamentos da civilização ocidental."

Esta condensação ocorre, lembremos, em Constantinopla e dali continua em linear tradição, sem lacuna significativa no Império Greco-Romano. O que Carpeaux chama de Ocidente, nasce segundo sua definição no local e cultura que hoje chamamos de Oriente. Entre os foederati germânicos esta condensação será sempre fruto de interpretação e inculturação. Como o Império Greco-Romano é reconhecidamente uma espécie de ponto cego da cultural ocidental moderna, para constatar essa identidade definida por ruptura/releitura com uma identidade de continuidade, Carpeaux recorre à civilização islâmica, ao invés do que seria o mais esperado, a própria cultura greco-romana sediada em Constantinopla. O Islã é para ele exceção à regra de que após o século VI nenhuma outra civilização teria nos influenciado significativamente. E nos compara com os árabes: "Os 'árabes' da Idade Média são uma espécie de gregos da decadência, vestidos de albornoz e turbante. (...) Durante a Idade Média inteira, existe uma afinidade íntima e profunda entre a civilização árabe e a civilização ocidental, herdeiras do mesmo patrimônio." Mas ele faz essa comparação apenas para, logo em seguida, apresentar sua teoria:

"Essa unidade foi quebrada para sempre pelo humanismo da Renascença ocidental. Os 'árabes' conservaram sem modificações sensíveis a civilização da Antiguidade decadente; eram incapazes da renovação radical que o humanismo

conseguiu. Em última análise, o traço característico da civilização ocidental não é a herança antiga, mas a modificação dela, que se chama Renascença."

Por outra, o que penso que Carpeaux está dizendo aí é que evidentemente as civilizações e sociedades mudam ao longo dos anos e que a civilização 'árabe' era uma modificação legítima do período "decadente" da civilização grega. Embora a modificação ocidental seja também legítima, ela é, porém, mais "radical", uma verdadeira modificação. No meu entender, poderíamos dizer, uma verdadeira ruptura, enquanto a civilização árabe, e com muito mais propriedade, a civilização greco-romana, são continuidades legítimas, com progresso e modificação sim, mas sem inovações radicais como no ocidente.

Continua Carpeaux definindo magistralmente Renascença "como marco decisivo da civilização ocidental"; e logo questiona qual das várias renascenças seria esse marco, dando vários exemplos por várias páginas, provando que existiram várias renascenças, ou seja, várias reinterpretações da Antiguidade Clássica. Para concluir esta sequência de exemplos, ele destaca:

"Agora, já não é possível confundir a atuação do espírito greco-romano no Ocidente com a conservação estática da herança antiga no islamismo: a história espiritual do Ocidente, segundo Mandonnet, é uma sequência de renascenças."

Poderíamos acrescentar que se a herança clássica é "estática" no islamismo, é presumível que também o seria na tradição greco-romana constantinopolitana.

Um questionamento interessante é precisamente até onde podemos chamar o Ocidente moderno de continuidade ou herdeiro da Antiguidade em vista desse quadro apresentado por Carpeaux. Parece que é antes uma coisa *nova*, que se alimenta periodicamente - e seletivamente - da substância da Antiguidade. Essa seletividade é destacada também por Carpeaux:

"Afirma-se a influência imensa das letras greco-romanas nas literaturas medievais e modernas. Parece, porém, que todas as épocas [históricas do Ocidente] souberam escolher na Antiguidade apenas o que lhes era afim: cada época logrou somente criar uma imagem da Antiguidade segundo sua própria imagem, de modo que já a época seguinte ficava na obrigação de abandonar o erro e incidir em novo erro. 'Erros férteis', no sentido do pragmatismo."

Aqui Carpeaux acaba por afirmar que o Ocidente não é continuidade direta da Antiguidade, a qual inclui, segundo sua própria definição, não apenas o Helenismo e o Direito romano, mas o próprio Cristianismo.

Essa característica de o Ocidente não ser continuidade mas ruptura com os elementos da Antiguidade ficam ainda mais evidentes na conclusão que Carpeaux dá ao parágrafo, afirmando que:

"No fundo, a Antiguidade não influenciou realmente nas literaturas modernas; só agiu como medida, como critério, e o fato de, durante treze séculos, o critério da nossa civilização não ser imanente, mas encontra-se fora, numa outra civilização, alheia e já passada, é a marca mais característica da cultura ocidental."

Enfim, se minha leitura de Carpeaux estiver correta, o Ocidente pode se aproximar ou se afastar em determinados períodos daquilo que é a tradição "greco-romana" e "judaico-cristã", mas, assim como Japão moderno é "ocidental" sem que insira-se na tradição cultural do oeste da Europa, o Ocidente por sua vez já não é nenhuma delas, nem sua síntese, porque é algo novo, diferente: o franco-germanismo confederativo unido pelo latim e que se reinventa de tempos em tempos através da releitura seletiva do material deixado por essa época. A cultura greco-romana constantinopolitana ao contrário é imanente, referindo-se ao próprio passado sempre. Existe aqui uma pequena confusão que vale clarificar. Como vimos anteriormente, aquele complexo de direito romano, cultura helênica e fé cristã que normalmente chamamos de Ocidente, é gestado, nascido e desenvolvido na área de influência de Constantinopla, que hoje chamamos de Oriente. As nações de ex-foederatii franco-germânicos reconhecem também que aquilo é o "Ocidente" e adotam o nome para si a despeito de que o que fazem é interpretar, selecionar e misturar com suas próprias tradições, leis e costumes locais. São tão "ocidentais" quanto o brasileiro afrancesado do século XIX é francês.

Isso explicaria em parte o "ponto cego" do entendimento do Império Greco-Romano. A premissa fundamental, o mito fundador do Ocidente é a "Queda de Roma", daquela unidade que define o que é Ocidente. e é por isso que Agostinho e sua "Cidade de Deus" são tão importantes. O Ocidente só pode se debruçar sobre aquela cultura se ela de fato for uma Antiguidade conclusa e estática, passiva para ser lida e relida conforme a necessidade de cada época. Se porém, como é o caso, aquela Antiguidade, aquela unidade Justiniana da cultura helênica com o código de leis romanos e a religião cristã não tiver caído, então a análise interpretativa sobre um mundo esquecido que precisa ser resgatado deixa de fazer sentido, pois seria necessário não estudar as ruínas mortas de um mundo, mas dialogar com um ser vivente, auto-consciente de sua própria identidade e história e, naturalmente, resistente a ter sua identidade definida desde fora.

O Ocidente necessita, portanto, rever sua base de fundamento e legitimidade, pois ao buscar tornar-se mais "greco-romano" e "judaico-cristão" o Ocidente teria que seguir o modelo da "Antiguidade" viva, moderna e pouco afeita a ser usada como justificativa, que é o "mundo helênico-ortodoxo" do Império Romaico. Teria que se submeter ao invés de utilizar um modelo "morto" e convenientemente maleável. Ato contínuo, ao fazer isso deixaria de ser Ocidente e não é isto que desejamos. O Ocidente não é uma cultura centralizada greco-romana, mas confederativa latino-germânica – com todos os desdobramentos das culturas latinas e germânicas que incluem respectivamente as culturas francas, lusas, hispânicas e itálicas; e as germânicas e anglo-saxãs. Um exemplo quase de controle científico da tese desta identidade composta é a Romênia. Apesar de falar uma língua latina, é enraizada na matriz greco-romana tradicional que perpetuou-se através do Império Romano em sua linha “contínua”, enquanto mesmo Ravena, que era exarquia de Constantinopla, encontra-se tão fundamentada na matriz reinterpretativa federativa latino-germânica quanto os demais países do Ocidente.

Se o século VI condensa o conjunto da herança da Antiguidade, o século IX, com a ascensão carolínea, marca também a primeira grande ruptura de fato, a primeira grande releitura e portanto o nascimento do Ocidente moderno propriamente dito. Podemos estipular três pontos de grandes reformas que expressaram de forma auto-consciente estas releituras que seguiram-se a rupturas anteriores e definiram o Ocidente como o conhecemos, propondo mudanças tanto culturais quanto de ordem política e econômica.

A Primeira Reforma Germânica, expressa na renascença carolínea e nos esforços de formação de um novo Império Romano do Ocidente, causada pela ruptura do abandono do Ocidente por parte do Império Greco-Romano que conscientemente busca primeiro acomodação e finalmente secessão, dando origem estrutural à consciência de proclamações de independência como emancipação e amadurecimento justo e natural dos povos.

A Segunda Reforma Germânica é um conjunto, chamadas também reformas gregorianas realizadas por um papa e clero de cultura germânicas em resposta tanto aos muitos desvios herdados do “Século Obscuro” (o século X) quanto ao aparelhamento da Igreja por parte do Sacro-Império Romano Germânico. Ali, altera-se o modelo organizacional clássico da Igreja que busca sinfonia com o Estado – e por vezes acaba significando aparelhamento da Igreja – mas que a entende como integrantes da nação em que se encontra comungando com as demais igrejas pelo símbolo visível da fé comum

expressa no Credo. Este já sofrera precisamente por causa de tentativas de alteração de Carlos Magno, buscando oficializar o filioque que já era utilizado pela nação franca, mas resistidas por Roma.

Com a submissão e aviltamento sofridos no século X e a consolidação do Sacro-Império Germânico, tamanho era o aparelhamento que inclui-se o filioque enfim, durante a coroação de Henrique II como Imperador em 1014. As Reformas Gregorianas providenciaram o resgate moral do clero, asseguraram a independência da Igreja em relação ao Estado – mais uma vez o tema da independência, tão caro ao Ocidente, ao custo da reinterpretção pragmática do papel do primaz, agora centralizado e exaltado. Esta inovação teve o impacto de consolidar a independência do Ocidente em relação ao Império Greco-Romano, pois aquele já estava separado deste politicamente e agora estava também religiosamente, embora independência relativa, pois, sem o apoio e fundamento na tradição greco-romana clássica do resto da Igreja, Roma fica a mercê da hegemonia cultural franco-germânica. Assim como outrora o poder romano fora conquistado pela cultura grega, o poder papal acaba conquistado pela cultura franca, a ponto de transferir-se para Avignon. A centralização gerou resistências no próprio Ocidente, desde da parte da Sé Apóstolica de Tiago em Compostela que resiste brevemente mas com insucesso ao novo modelo. O modelo inovador centralizado, apesar de ter recuperado brevemente a ordem na Igreja, por centra-se na figura individual do papa gerou as disputas do Cisma Ocidental, no qual indivíduos em Avignon e Roma alegavam simultaneamente o posto, provocando uma tentativa de resgate do modelo clássico no movimentos conciliaristas. Este resgate, porém, se dá pelo processo ruptura/releitura, não sendo o conciliarismo tradicional da Igreja, anterior ao Século Obscuro, em comunhão com todas as igrejas católicas ortodoxas do mundo, mas apenas um conciliarismo da sé romana.

A Terceira Grande Reforma Germânica é, naturalmente, a Reforma Protestante, onde encontraremos mais uma vez os temas da ruptura diante de um papado que já não era subsidiário da elite germânica, mas estando acima dela afigurava-se competidor e não mais subserviente, subscrevendo as doutrinas postuladas por este grupo. A releitura segue a partir da proposta inaugurada com a Reforma Gregoriana, da existência de uma autoridade centralizadora, já não mais o Papa, porém a Bíblia e com mais uma nova releitura do conciliarismo, já não dos sucessores dos apóstolos mas de todos os fiéis. Aos poucos o

processo de releitura diversifica-se tanto que surgem as inúmeras correntes protestantes, que utilizam cada vez mais reduzidos elementos como chave dessa inovação.

Finalmente, devemos apontar algumas expressões modernas do processo ruptura/releitura, bem como de expressões decadentes e invertidas da positividade ocidental.

Considerando o chamado imperialismo ocidental, falemos de qualquer uma de suas principais vertentes seja o imperialismo ibérico, mais antigo, ou anglo-saxão mais recente, ou de outro eixo mais moderno que opõem a ocidentalização do globo, o que encontramos aí é precisamente a aplicação do processo de ruptura/releitura não à unidade greco-romana clássica, mas a própria cultura de aporte, como no caso do Japão. Como o impulso de realizar isso espontaneamente e repetidas vezes é propriamente ocidental, os países não ocidentais que, em contato com o Ocidente acabam adotando esse processo não fazem se não mais que poucas vezes, apenas até onde o necessário para competir e dialogar com o Ocidente de igual para igual. Nesse sentido, os projetos de multiculturalismo que proíbem o Ocidente de fazer releituras sobre outras culturas abortam neste mesmo ato a condição de ser ocidental. Do ponto de vista ético, pode-se questionar o direito de impor determinados tipos de mudança a outras culturas, mas o ocidental só o é na medida em que ele esteja realizando releituras e dando-lhe interpretações próprias e inovadoras.

Quanto aos opostos especulares e decadentes do Ocidente, encontramos-os nos movimentos revolucionários descendentes direta ou indiretamente da Revolução Francesa. Nestes, busca-se provocar a ruptura com o fim de afirmar uma releitura já pré-determinada, enquanto na reforma tradicional do ocidente primeiro ocorre espontaneamente a ruptura e a releitura, que não era pré-concebida, é criada como tentativa de preencher de novo sentido uma situação que perecebia-se como vazia dele. A resposta é a ação resultante deste exame sincero e humilde, mas realizado a posteriori. Todos os movimentos revolucionários tentam precisamente provocar a ruptura, seja por meios físicos violentos ou culturais como o desconstrucionismo ou engenharia social. Podemos comparar a tradição Ocidental viva com um médico que não tem medo de encontrar qualquer tipo de corte, contusão ou amputação no paciente. Ele analisará o problema e encontrará uma solução. A Revolução, por outro lado, assemelha-se à cirurgia estética: ela mesma quebra o nariz, o rosto do paciente com o fim de modificá-lo. Se até a II Guerra Mundial os intelectuais revolucionários possuíam a imagem futura do que consideravam o rosto “belo” da sociedade que tencionavam criar, com a ascensão da Escola de Frankfurt deixa-se de lado a inversão de se colocar em primeiro

lugar uma releitura pré-determinada e conceber-se a ruptura que iria provocá-la, para tomar-se a ruptura como um fim em si mesmo, realizando-a sucessiva e continuamente.

Conclusão

O mito de um “oriente estático” sustenta-se apenas ao contrastar as mudanças greco-romanas de uma unidade contínua e viva, com as radicais rupturas e releituras ocidentais, que incluem chamar esta unidade, linear mas viva, de “Oriental”, a despeito de o Ocidente ser ele mesmo, o Oeste do Império, o braço federativo latino-germânico desta unidade maior da qual foi separado por circunstâncias históricas extramamente peculiares, como a cidade fundadora de um império encontrar-se em certo ponto, abandonada por ele.

O Ocidente caracteriza-se assim por um federalismo supra-nacional, com uma matriz cultural e religiosa latino-germânica. Sua força é a capacidade de reinventar-se em face de praticamente qualquer ruptura, fazendo releituras de seu passado greco-romano – sempre entendendo-se no lado grego tanto o helenismo pagão quanto o cristão, embora haja uma tendência negativa a passar-se ao largo de todo helenismo cristão posterior à latinização do Ocidente. Na competição com outras culturas, a capacidade de releitura do Ocidente lhe dá vantagens não só em permitir que ele se adapte, mas até mesmo ao propor que estas culturas releiam seu próprio passado, acaba por isso mesmo ocidentalizando-as. O perigo ético nisto está em cegar-se para as releituras delas mesmas e tratá-las de acordo apenas com suas próprias releituras. Por vezes isso permite ao Ocidente impor-se culturalmente, em outras vezes torna-o cego às peculiaridades de seus inimigos.

A sombra do Ocidente é a Revolução, que inicia-se invertendo a ordem de ruptura/releitura para uma de releitura/ruptura onde, com o fim de impor uma releitura já escolhida, busca-se a ruptura que a provocará. Está inversão é abandonada especialmente a partir da ascensão da Escola de Frankfurt e de desconstrucionismo em favor da ruptura pela ruptura, com uma idéia apenas muito geral da releitura que irão provocar. Esta tendência é acirrada pela fato que a Revolução ao negar ao helenismo qualquer forma de Cristianismo, o reduz a aspectos mais seculares de sua era pagã, negando ao Ocidente suas raízes cristãs.

A suposição de uma "queda" do aparelho estatal do Império Greco-Romano é fundamental para gerar a legitimidade de todas aquelas releituras. Por automatismo, ocorreu

a negação da percepção de que o Império permanecia enquanto uma civilização na qual a os elementos greco-romanos existiam em contínua síntese, com mudanças, mas sem rupturas. Entretanto, a "Antiguidade" nunca caiu ou desapareceu, mas permaneceu, dinâmica, mutável e viva na unidade Greco(pagã e cristã)-Romana com uma base política até a queda de Constantinopla em 1453, e cultural e religiosamente na própria Grécia e na Igreja Ortodoxa Grega ao longo de todo o império otomano transmitida nas escolas secretas e paróquias e até os dias de hoje.

Referências

CARPEAUX, Otto Maria. História da Literatura Ocidental Vol. I. Rio de Janeiro. Ed. Cruzeiro. 1964.

EKOMENOMOU, Andrew J. Byzantine Rome and the Greek Popes: Eastern influences on Rome and the papacy from Gregory the Great to Zacharias, A.D. 590–752. Lexington Books. 2007

MOHRMANN, Christine, Études sur le latin des chrétiens Vol I. Roma. Edizioni di Storia e Letteratura. 1961.

PLUMMER, Alfred, Conversations with Dr. Döllinger. Lovaina. Leuven University Press, 1985.

